

Mas, a verdade é que para concretizarmos algo bastante amplo nesse sentido, teríamos que criar uma Filmoteca que realmente **funcionasse** como a portuguesa, para inclusive atender antes de mais nada as imensas tarefas que a esperariam no próprio território nacional, onde a grande maioria dos arquivos não possui recursos para tanto, enquanto que os organismos que as Universidades costumam manter para essas finalidades entre outras, nem sempre chegam para atender às próprias Universidades.

Quase que arriscariamos até uma sugestão nesse sentido. Não o faremos entretanto, pois pretendemos demorar-nos mais no seu estudo, para que uma vez lançados à empresa, esta não fique apenas registrando o acontecimento de sua inauguração...

Quanto ao trabalho da Filmoteca Ultramarina, hoje mundialmente reconhecido, sem que vá qualquer exagêro nessa afirmação, a melhor recompensa para os que nela mourejam, será sem dúvida o conjunto de pesquisas e estudos que já está sendo facultado a todos que se debruçam sobre suas preciosas coleções, dando em consequência um enriquecimento singular da biblioteca de interesse lusitano.

Também para o Brasil essa documentação reunida em Lisboa tem especial interesse. Poderá parecer, à primeira vista, que manuscritos provindos do Oriente remoto não guardem qualquer implicação histórica com o nosso país. Entretanto, será suficiente lembrarmos que nos séculos XVI, XVII e XVIII o intercâmbio do ultramar português não era apenas feito com a sua metrópole, mas também e principalmente havia intenso intercurso intercolonial, no qual o Brasil colocava-se como estrêla de primeira grandeza, inclusive em relação aos afastados mercados orientais. Verificamos, assim, por êsses vários fundos hoje concentrados na capital portuguesa, como os documentos de interesse para a nossa história também se acham espalhados pelo mundo.

O Boletim número 23, que afinal devia ter sido o objeto principal desta resenha, continua a publicação dos verbetes contendo os títulos e ligeiro resumo do conteúdo dos preciosos manuscritos microfilmados em Simancas, além de trazer também inventário semelhante, que continua a publicação dos **Livros das Monções 23-A e 23-B**.

**JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA**

\*

\* \*

DAUTRY (Jean). — **1848 et la IIe République**. 2a. edição, revista e corrigida. Com mapas e ilustrações. 338 págs. Éditions Sociales, Paris, 1957.

Reedição da **Histoire de la Revolution de 1848 en France** (edições **Hier et Aujourd'hui**, 1948, Comité du Centenaire), o trabalho do prof. Dautry ressurgiu em 1957 com algumas modificações, vindo

se reafirmar como ponto de referência para a compreensão das transformações político-sociais na França, naquele momento em que se irrtensificava o processo de industrialização, tornando mais agudas as tensões sociais.

O Autor impõe-se limites: não vê a Revolução como um fenômeno europeu, mas francês. Não é objeto de sua preocupação a simultaneidade do movimento em sua dimensão européia. Quanto ao tempo, as raízes do movimento não são procuradas antes de 1830. Como marco final da análise, adota o golpe de estado de 2 de dezembro de 1851.

Dentro desses limites, o movimento revolucionário é seguido passo a passo, desde sua formação em fevereiro e seu esmagamento em junho de 1848 até a instalação da II República e sua incapacidade na limitação do poder pessoal. O jogo do poder, reflexo dos interesses de grupos sociais, orienta a movimentação da análise do prof. Dautry: nesse jogo, as alianças de classes adquirem o seu significado preciso. Assim é que se entende que “a forte pressão da feudalidade agrária e de uma burguesia rica de terras, vivendo nobremente, singularmente desenvolvida pelas compras de bens nacionais durante a grande Revolução obrigou a burguesia capitalista a um combate permanente” e que “para combater eficazmente seus adversários, a burguesia industrial procurou aliados, inclusive o proletariado em certos momentos” (pág. 8).

A configuração da revolução de 1848 como luta de classes é colocada, **ab initio**, quando o Autor mostra que, estando nesse ano a revolução burguesa quase encerrada, “a burguesia industrial ter-se-ia contentado com uma pacífica evolução do regime de Julho, não tivesse êle constituído novos privilégios de castas, contrários aos interesses gerais da classe burguesa, e não tivesse ligado seu destino à conservação de seus privilégios”... e quando diz que “Guizot e Luís Filipe, obrigando a burguesia a aceitar a revolução, propiciaram também a entrada em cena, por conta própria, do coveiro da burguesia, a entrada do proletariado industrial” (pág. 8). Nessa perspectiva, a análise é freqüentemente estribada em **As lutas de classes na França e O 18 Brumário de Luís Bonaparte** de Marx.

Esse foi o contexto em que “a miséria do proletariado não tardou a se exprimir politicamente” (pág. 13) e em que Guizot sofreu a campanha da burguesia (campanha dos banquetes), ponto de partida da Revolução de fevereiro.

Analizadas as origens da Revolução, o Autor se fixa no período de 22 de fevereiro a 15 de maio de 1848, que caracteriza como o período ascendente do movimento. A composição dos grupos no governo provisório dá a medida de sua participação no processo desencadeado, a burguesia republicana com maioria. De fevereiro a abril observa-se a conquista, pela classe operária e seus aliados da pequena burguesia, de concessões da maioria: reconhecimento do direito do trabalho, sufrágio universal e emancipação dos escravos negros. O agravamento das relações entre Governo Provisório e operariado parisiense é aí acuradamente analisado.

Na terceira parte, abrangendo das jornadas de junho à constituição de 4 de novembro de 1848, é estudada a reação republicana. A República burguesa entrou em choque com as aspirações da classe operária parisiense. O auge do movimento foi atingido entre 23 e 26 de junho, tendo sido o operariado vencido pelos seus opositores, orientados pelo general Cavaignac. Mas com Cavaignac cresceu o poder dos monarquistas na Assembléia, e “a República burguesa sofreu também sua primeira derrota”... O sentido então se delineia claramente: na discussão pública da Constituição os monarquistas retomaram alguns pontos perdidos, adquirindo melhor posição. “Se o momento ainda não chegara para gritarem sua raiva do povo, ao menos contribuíram para fazer da República endossada por eles uma República não viável” (pág. 167). Filha desse momento foi a constituição de novembro.

Na quarta parte, de 10 de dezembro de 1848 a verão de 1850, o prof. Dautry estuda o aprofundamento do processo: reação monárquica. O sobrinho de Napoleão I é eleito presidente da II República, na medida que encarnava, pelos mais variados motivos, os interesses e aspirações das diferentes classes, inclusive uma parcela do proletariado, que “votou nêle na medida em que o principal inimigo do proletariado se chamava Cavaignac” (pág. 223). No jôgo do poder, observou-se então a convergência de forças opostas, que propiciaram a marcha do presidente no sentido de fortalecer sua posição pessoal, analisada pelo Autor através da legislação retrógrada de 1850.

Na última parte é focalizado o final do processo: o Golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851. A ineficácia das soluções à crise econômica desde 1847 definiu-se em verdadeira grandeza. Crises ministeriais, refletindo as tentativas de estabelecimento de uma equipe eficaz para o golpe, caracterizaram o momento; desacreditados junto ao povo (então privado do direito de voto) “os deputados realistas se desacreditaram também junto a seus mandantes, que julgavam suas tergiversações perigosas para a ordem e proveitosas, no final das contas, à democracia. Em face do “espectro vermelho”, Bonaparte, só, é mais forte que os realistas desunidos e retóricos” (pág. 277).

O processo, da mesma forma que criou seus heróis — portavozes de forças sociais — os engoliu. “A ordem foi sucessivamente: Lamartine, Cavaignac, Thiers, Luís Napoleão” (pág. 333). Porém, apesar do retrocesso sofrido desde fins de 1848 até dezembro de 1851, “nem o sufrágio universal, nem o término da escravidão nas colônias puderam, após então, ser postos séria e duravelmente em questão, mesmo pelos regimes mais reacionários que na França existiram” (pág. 336).

Vê-se que o critério cronológico prepondera na análise. Seguindo desde as origens da Revolução, analisando sua montagem e a participação popular na mesma, a reação republicana e posteriormente a reação monárquica, a análise mostra a íntima inter-relação entre o desenvolvimento econômico e os choques de interesses das diferen-

tes classes. O prof. Dautry mostra o circuito completo: daí o isolamento da França das outras nações européias; apenas as transformações sócio-políticas francesas são seu objetivo.

Quanto ao problema das lutas de classes, um dos critérios do livro e cuja discussão evidentemente não caberia nos limites de uma simples resenha, vem indicar a cristalização de certas atitudes de espírito do Autor. De qualquer forma, a clareza de método é atributo indiscutível da presente obra, suficiente para torná-lo ponto de referência daquêles que procuram a compreensão do movimento de 1848 na França.

Faltaria ainda mencionar o lastreamento do presente trabalho. Além de usar abundantemente de contemporâneos da Revolução, como Lamartine, Hugo, Blanc, Tocqueville (êste talvez o mais destacado pensador entre os conservadores da época), utilizou de maneira eficaz pesquisas no setor industrial (como as de Fohlen, Tricart, Potemkine e Vidalenc), assim como as de Soboul e Augé-Laribé no setor agrário. Também a utilização de publicações como o **Bulletin de la Société d'Histoire Moderne**, a revista 1848, os **Études d'Histoire Moderne et Contemporaine**, **La Pensée** (em que escreve Soboul), serve para dar medida dos pontos de referência do prof. Dautry.

**CARLOS GUILHERME SANTOS SERÔA DA MOTA**